

**ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A.**

**CNPJ: 27.175.959/0001-14**

**PIS e COFINS**

**Período: Novembro/2006 a Julho/2009**

**Laudo Pericial Contábil**

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

Recife, 30 de setembro de 2016.

**ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A.**

A/C – Diretoria

Prezados Senhores,

Apresentamos nosso Laudo Pericial Contábil, produto dos trabalhos realizados na Empresa em pauta, para o período de novembro/2006 a julho/2009, que está fundamentado nos exames realizados que estão descritos ao longo desse documento.

Nesse contexto, importante reforçar que nossos exames foram realizados a partir de testes de auditoria, por amostragem selecionada, e a conclusão fundamentada no Parecer Técnico Contábil estão balizadas no resultado de nossas análises.

Mantemos em nosso poder a prova dos itens abordados nesse documento, bem como nos colocamos a disposição de V. S<sup>as</sup>., para esclarecimento de quaisquer dúvidas vinculadas ao trabalho aqui apresentado.

Atenciosamente,

**TAX ACCOUNTING AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

OK

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

**ÍNDICE**

1)	DAS CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA ANALISADAS.....	4
2)	ESCOPO DOS TRABALHOS .....	11
3)	RECÁLCULO DOS TRIBUTOS – PONTOS RELEVANTES.....	13
4)	CRÉDITOS APURADOS DO PIS E DA COFINS.....	21
5)	RECEITAS E DÉBITOS APURADOS .....	22
6)	PARECER TÉCNICO CONTÁBIL.....	25

**ANEXOS**

ANEXO I – CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA (CDA).

ANEXO II – MEMÓRIA ANALÍTICA – RECÁLCULO DO PIS E DA COFINS DE 11/2006 a 07/2009

CK

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

**1) DAS CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA ANALISADAS**

A Empresa **ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A.**, domiciliada na Fazenda Monte Líbano, S/N, na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, portadora do CNPJ nº 27.175.959/0001-14, teve 6 (seis) "Certidões de Dívida Ativa - CDA's".

Abaixo, classificaremos essas CDA's como Inscrições (i), Inscrições (ii) e Inscrições (iii), onde detalharemos os motivos que ocasionaram tais lançamentos:

✓ **Inscrições (i)** – Em cobrança na Execução Fiscal de nº 0001346-03.2012.4.02.5002 – 2ª V.F. – TRF 2ª Região:

- **CDA nº 72.7.12.000425-56 (PIS) e CDA nº 72.6.12.000752-36 (COFINS):** Tais CDA's decorrem de Auto de Infração lavrado por falta de recolhimento do PIS e da COFINS nos períodos de 11/2006 a 07/2009. (**PIS e COFINS** - Processo Adm. 15.582.720003/2012-89).

✓ **Inscrições (ii)** – Em cobrança na Execução Fiscal de nº 0001003-07.2012.4.02.5002 - 2ª V.F. – TRF 2ª Região:

- **CDA nº 72.7.11.002166-17 (PIS) e CDA nº 72.6.11.009270-60 (COFINS):** Tais CDA's decorrem de débitos declarados em DCTF's e não pagos, que em síntese têm as seguintes competências: 11/2008 a 07/2009. (**PIS** - Processo Adm. 10.783.511353/2011-95) e (**COFINS** - Processo Adm. 10.783.511357/2011-73).

✓ **Inscrições (iii)** – Ainda não ajuizadas:

- **CDA nº 72.7.16.001184-87 (PIS) e CDA nº 72.6.16.004744-56 (COFINS):** Tais CDA's decorrem de débitos declarados em DCTF's e não pagos, que em síntese têm as seguintes competências: 01/2007 a 10/2008. (**PIS e COFINS** - Processo Adm. 18.208.088399/2011-42).

# TAX ACCOUNTING

## AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

Esses eventos (Inscrições (i) + (ii) + (iii)) implicam numa cobrança total de **R\$ 285.910.031,87 (duzentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e dez mil, trinta e um reais e oitenta e sete centavos)**, já atualizada até 09/2016, conforme quadros expostos a seguir, por CDA e, ao final, de forma consolidada:

Quadro I – Crédito Tributário Exigido – CDA nº 72.7.12.000425-56 – PIS

PERÍODO	PIS	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
Nov/06	3.471,10	2.603,33	5.029,19	2.220,72	13.324,34
Dez/06	45.017,41	33.763,06	64.738,41	28.703,78	172.222,66
Jan/07	200.701,13	150.525,85	286.877,18	127.620,83	765.724,99
Fev/07	199.375,77	149.531,83	282.889,30	126.359,38	758.156,27
Mar/07	228.188,55	171.141,41	321.626,06	144.191,20	865.147,22
Abr/07	178.980,06	134.235,05	250.424,43	112.727,91	676.367,44
Mai/07	129.011,14	96.758,36	179.335,16	81.020,93	486.125,59
Jun/07	197.088,90	147.816,68	272.056,59	123.392,43	740.354,60
Jul/07	258.475,45	193.856,59	354.234,14	161.313,24	967.879,42
Ago/07	262.388,39	196.791,29	357.497,62	163.335,46	980.012,76
Set/07	247.044,28	185.283,21	334.294,14	153.324,33	919.945,96
Out/07	357.484,71	268.113,53	480.736,50	221.266,95	1.327.601,69
Nov/07	316.258,45	237.193,84	422.639,89	195.218,43	1.171.310,61
Dez/07	247.228,69	185.421,52	328.091,01	152.148,24	912.889,47
Jan/08	232.977,51	174.733,13	307.314,81	143.005,09	858.030,54
Fev/08	220.224,72	165.168,54	288.643,03	134.807,26	808.843,55
Mar/08	320.222,43	240.166,82	416.825,53	195.442,96	1.172.657,74
Abr/08	180.073,27	135.054,95	232.812,23	109.588,09	657.528,54
Mai/08	300.936,92	225.702,69	386.184,83	182.564,89	1.095.389,32
Jun/08	361.992,31	271.494,23	460.662,36	218.829,78	1.312.978,69
Jul/08	365.559,63	274.169,72	461.473,34	220.240,54	1.321.443,23
Ago/08	387.215,53	290.411,65	484.551,83	232.435,80	1.394.614,81
Set/08	369.541,48	277.156,11	458.074,38	220.954,39	1.325.726,36
Out/08	473.376,28	355.032,21	581.956,96	282.073,09	1.692.438,55
Nov/08	303.220,71	227.415,53	369.375,89	180.002,43	1.080.014,56
Dez/08	277.523,91	208.142,93	335.158,69	164.165,11	984.990,64
Jan/09	311.912,26	233.934,20	374.006,19	183.970,53	1.103.823,18
Fev/09	329.918,08	247.438,56	392.396,32	193.950,59	1.163.703,55
Mar/09	379.368,06	284.526,05	448.024,19	222.383,66	1.334.301,96
Abr/09	389.304,09	291.978,07	456.760,76	227.608,58	1.365.651,50
Mai/09	384.442,97	288.332,23	448.135,56	224.182,15	1.345.092,91
Jun/09	366.483,14	274.862,36	424.305,02	213.130,10	1.278.780,61
Jul/09	386.399,49	289.799,62	444.697,51	224.179,32	1.345.075,94
<b>TOTAL</b>	<b>9.211.406,82</b>	<b>6.908.555,12</b>	<b>11.711.829,05</b>	<b>5.566.358,20</b>	<b>33.398.149,19</b>

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

Quadro II – Crédito Tributário Exigido – CDA nº 72.6.12.000752-36 – COFINS

PERÍODO	COFINS	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
Nov/06	157.625,22	118.218,92	228.379,24	100.844,68	605.068,05
Dez/06	207.352,89	155.514,67	298.189,01	132.211,31	793.267,88
Jan/07	924.441,58	693.331,19	1.321.373,68	587.829,29	3.526.975,74
Fev/07	918.336,87	688.752,65	1.303.005,23	582.018,95	3.492.113,70
Mar/07	1.051.051,66	788.288,75	1.481.431,04	664.154,29	3.984.925,73
Abr/07	824.392,98	618.294,74	1.153.470,05	519.231,55	3.115.389,32
Mai/07	594.233,15	445.674,86	826.028,65	373.187,33	2.239.123,99
Jun/07	907.803,40	680.852,55	1.253.109,12	568.353,01	3.410.118,08
Jul/07	1.190.553,58	892.915,19	1.631.623,92	743.018,54	4.458.111,22
Ago/07	1.208.576,83	906.432,62	1.646.655,72	752.333,03	4.513.998,20
Set/07	1.137.900,93	853.425,70	1.539.779,09	706.221,14	4.237.326,86
Out/07	1.646.596,22	1.234.947,17	2.214.301,43	1.019.168,96	6.115.013,78
Nov/07	1.456.705,58	1.092.529,19	1.946.704,92	899.187,94	5.395.127,62
Dez/07	1.138.750,32	854.062,74	1.511.207,08	700.804,03	4.204.824,17
Jan/08	1.073.108,52	804.831,39	1.415.510,62	658.690,11	3.952.140,64
Fev/08	1.014.368,41	760.776,31	1.329.507,32	620.930,41	3.725.582,44
Mar/08	1.474.963,91	1.106.222,93	1.919.923,65	900.222,10	5.401.332,59
Abr/08	829.428,38	622.071,29	1.072.347,22	504.769,38	3.028.616,26
Mai/08	1.386.133,69	1.039.600,27	1.778.790,71	840.904,93	5.045.429,60
Jun/08	1.667.358,51	1.250.518,88	2.121.838,76	1.007.943,23	6.047.659,38
Jul/08	1.683.789,83	1.262.842,37	2.125.574,19	1.014.441,28	6.086.647,67
Ago/08	1.783.538,21	1.337.653,66	2.231.875,13	1.070.613,40	6.423.680,39
Set/08	1.702.130,44	1.276.597,83	2.109.918,34	1.017.729,32	6.106.375,93
Out/08	2.180.399,85	1.635.299,89	2.680.529,07	1.299.245,76	7.795.474,56
Nov/08	1.396.652,99	1.047.489,74	1.701.367,76	829.102,10	4.974.612,59
Dez/08	1.278.291,96	958.718,97	1.543.761,24	756.154,43	4.536.926,61
Jan/09	1.436.686,77	1.077.515,08	1.722.695,19	847.379,41	5.084.276,44
Fev/09	1.519.622,67	1.139.717,00	1.807.401,21	893.348,18	5.360.089,06
Mar/09	1.747.392,29	1.310.544,22	2.063.626,61	1.024.312,62	6.145.875,74
Abr/09	1.793.158,25	1.344.868,69	2.103.867,75	1.048.378,94	6.290.273,62
Mai/09	1.770.767,63	1.328.075,72	2.064.139,56	1.032.596,58	6.195.579,49
Jun/09	1.688.043,56	1.266.032,67	1.954.374,63	981.690,17	5.890.141,04
Jul/09	1.779.779,45	1.334.834,59	2.048.303,67	1.032.583,54	6.195.501,25
<b>TOTAL</b>	<b>42.569.936,53</b>	<b>31.927.452,40</b>	<b>54.150.610,77</b>	<b>25.729.599,94</b>	<b>154.377.599,64</b>

6 CTI

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

Quadro III – Crédito Tributário Exigido – CDA nº 72.7.11.002166-17 – PIS:

PERÍODO	PIS	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
Nov/08	197.852,52	39.570,50	155.947,36	78.674,08	472.044,46
Dez/08	190.770,48	38.154,10	148.362,20	75.457,36	452.744,13
Jan/09	237.731,40	47.546,28	182.839,22	93.623,38	561.740,28
Fev/09	249.012,42	49.802,48	189.100,03	97.582,99	585.497,92
Mar/09	294.220,22	58.844,04	220.959,39	114.804,73	688.828,38
Abr/09	277.584,11	55.516,82	206.328,27	107.885,84	647.315,04
Mai/09	255.690,22	51.138,04	188.111,29	98.987,91	593.927,47
Jun/09	288.407,24	57.681,45	209.902,79	111.198,30	667.189,77
Jul/09	309.609,81	61.921,96	223.197,71	118.945,90	713.675,38
<b>TOTAL</b>	<b>2.300.878,42</b>	<b>460.175,68</b>	<b>1.724.748,26</b>	<b>897.160,47</b>	<b>5.382.962,84</b>

Quadro IV – Crédito Tributário Exigido – CDA nº 72.6.11.009270-60 – COFINS:

PERÍODO	COFINS	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
Nov/08	911.320,69	182.264,14	718.302,97	362.377,56	2.174.265,36
Dez/08	878.700,40	175.740,08	683.365,30	347.561,16	2.085.366,94
Jan/09	1.095.005,24	219.001,05	842.168,53	431.234,96	2.587.409,78
Fev/09	1.146.966,29	229.393,26	871.006,20	449.473,15	2.696.838,90
Mar/09	1.355.196,14	271.039,23	1.017.752,30	528.797,53	3.172.785,20
Abr/09	1.278.569,20	255.713,84	950.360,49	496.928,71	2.981.572,23
Mai/09	1.177.724,65	235.544,93	866.452,03	455.944,32	2.735.665,93
Jun/09	1.328.421,24	265.684,25	966.824,98	512.186,09	3.073.116,56
Jul/09	1.426.081,58	285.216,32	1.028.062,21	547.872,02	3.287.232,13
<b>TOTAL</b>	<b>10.597.985,43</b>	<b>2.119.597,09</b>	<b>7.944.295,00</b>	<b>4.132.375,50</b>	<b>24.794.253,02</b>

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

Quadro V – Crédito Tributário Exigido – CDA nº 72.7.16.001184-87 – PIS:

PERÍODO	PIS	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
Jan/07	144.804,45	28.960,89	144.717,57	63.696,58	382.179,49
Fev/07	148.890,61	29.778,12	147.237,92	65.181,33	391.087,99
Mar/07	180.143,25	36.028,65	176.450,31	78.524,44	471.146,66
Abr/07	153.851,64	30.770,33	149.113,01	66.747,00	400.481,97
Mai/07	157.279,09	31.455,82	151.003,65	67.947,71	407.686,27
Jun/07	168.637,50	33.727,50	160.273,08	72.527,62	435.165,70
Jul/07	228.114,51	45.622,90	214.541,70	97.655,82	585.934,93
Ago/07	224.771,04	44.954,21	209.598,99	95.864,85	575.189,09
Set/07	193.934,05	38.786,81	179.039,91	82.352,15	494.112,93
Out/07	282.572,84	56.514,57	258.497,63	119.517,01	717.102,05
Nov/07	218.591,23	43.718,25	198.131,09	92.088,11	552.528,68
Dez/07	149.625,32	29.925,06	134.228,87	62.755,85	376.535,11
Jan/08	185.838,75	37.167,75	165.229,23	77.647,15	465.882,88
Fev/08	253.867,45	50.773,49	223.581,06	105.644,40	633.866,40
Mar/08	230.764,65	46.152,93	201.157,55	95.615,03	573.690,15
Abr/08	222.780,45	44.556,09	192.237,25	91.914,76	551.488,55
Mai/08	261.692,87	52.338,57	223.302,53	107.466,79	644.800,76
Jun/08	244.798,98	48.959,80	206.267,62	100.005,28	600.031,68
Jul/08	258.067,39	51.613,48	214.815,30	104.899,23	629.395,40
Ago/08	258.187,57	51.637,51	212.075,27	104.380,07	626.280,42
Set/08	290.453,68	58.090,74	235.151,30	116.739,14	700.434,86
Out/08	378.050,70	75.610,14	302.213,73	151.174,91	907.049,48
<b>TOTAL</b>	<b>4.835.718,02</b>	<b>967.143,60</b>	<b>4.298.864,59</b>	<b>2.020.345,24</b>	<b>12.122.071,45</b>

CT

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

Quadro VI – Crédito Tributário Exigido – CDA nº 72.6.16.004744-56 – COFINS:

PERÍODO	COFINS	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
Jan/07	666.978,07	133.395,61	666.577,88	293.390,31	1.760.341,88
Fev/07	685.799,18	137.159,84	678.186,81	300.229,17	1.801.374,99
Mar/07	829.750,73	165.950,15	812.740,84	361.688,34	2.170.130,06
Abr/07	708.650,00	141.730,00	686.823,58	307.440,72	1.844.644,30
Mai/07	724.437,02	144.887,40	695.531,98	312.971,28	1.877.827,69
Jun/07	776.754,56	155.350,91	738.227,53	334.066,60	2.004.399,61
Jul/07	1.050.709,27	210.141,85	988.192,07	449.808,64	2.698.851,83
Ago/07	1.035.309,01	207.061,80	965.425,65	441.559,29	2.649.355,76
Set/07	893.271,98	178.654,40	824.668,69	379.319,01	2.275.914,08
Out/07	1.301.547,62	260.309,52	1.190.655,76	550.502,58	3.303.015,49
Nov/07	1.006.844,44	201.368,89	912.603,80	424.163,43	2.544.980,55
Dez/07	689.183,28	137.836,66	618.266,32	289.057,25	1.734.343,51
Jan/08	855.984,54	171.196,91	761.055,85	357.647,46	2.145.884,76
Fev/08	1.169.328,84	233.865,77	1.029.827,91	486.604,50	2.919.627,02
Mar/08	1.062.915,98	212.583,20	926.543,86	440.408,61	2.642.451,64
Abr/08	1.026.140,26	205.228,05	885.456,43	423.364,95	2.540.189,69
Mai/08	1.205.373,20	241.074,64	1.028.544,95	494.998,56	2.969.991,35
Jun/08	1.127.558,93	225.511,79	950.081,15	460.630,37	2.763.782,24
Jul/08	1.188.674,07	237.734,81	989.452,30	483.172,24	2.899.033,42
Ago/08	1.189.227,60	237.845,52	976.831,55	480.780,93	2.884.685,60
Set/08	1.337.847,26	267.569,45	1.083.121,14	537.707,57	3.226.245,42
Out/08	1.741.324,41	348.264,88	1.392.014,73	696.320,81	4.177.924,83
<b>TOTAL</b>	<b>22.273.610,25</b>	<b>4.454.722,05</b>	<b>19.800.830,81</b>	<b>9.305.832,62</b>	<b>55.834.995,73</b>

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

Apresentamos a seguir, no Quadro VII – Crédito Tributário Exigido Consolidado, as CDA's – Certidões de Dívida Ativa, anteriormente discriminadas, devidamente totalizadas e já atualizadas até 09/2016, confira-se:

Quadro VII – Crédito Tributário Exigido Consolidado:

CDA	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
72.7.12.000425-56	9.211.406,82	6.908.555,12	11.711.829,05	5.566.358,20	33.398.149,19
72.6.12.000752-36	42.569.936,53	31.927.452,40	54.150.610,77	25.729.599,94	154.377.599,64
72.7.11.002166-17	2.300.878,42	460.175,68	1.724.748,26	897.160,47	5.382.962,84
72.6.11.009270-60	10.597.985,43	2.119.597,09	7.944.295,00	4.132.375,50	24.794.253,02
72.7.16.001184-87	4.835.718,02	967.143,60	4.298.864,59	2.020.345,24	12.122.071,45
72.6.16.004744-56	22.273.610,25	4.454.722,05	19.800.830,81	9.305.832,62	55.834.995,73
<b>TOTAL</b>	<b>91.789.535,47</b>	<b>46.837.645,94</b>	<b>99.631.178,48</b>	<b>47.651.671,98</b>	<b>285.910.031,87</b>

## **2) ESCOPO DOS TRABALHOS**

Diante do abordado anteriormente, nossos trabalhos estão relacionados com a preparação de **Laudo Pericial Contábil**, para a **ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A.**, abrangendo as competências de 01 de novembro de 2006 até 31 de julho de 2009, com o objetivo de:

- Proceder com o recálculo das contribuições sociais do PIS e da COFINS, a fim de averiguar se os valores presentes nas CDA's, objeto da cobrança judicial, foram apurados com observância da legislação tributária vigente à época em que foram os Créditos Tributários constituídos.

Para isso utilizaremos informações contábeis e fiscais extraídas dos relatórios relacionados a seguir, os quais contemplam as operações realizadas pela Empresa:

- Relatório Analítico Fiscal de Entradas por Item da Nota Fiscal:
  - Relatório enviado pela Empresa, que apresenta de forma detalhada, por item, todas as operações do Livro Fiscal de Entrada.
- Relatório Analítico Fiscal de Saídas por Item da Nota Fiscal:
  - Relatório enviado pela Empresa, que apresenta de forma detalhada, por item, todas as operações do Livro Fiscal de Saída.
- Relatório Gerencial de Serviços Tomados (TRF):
  - Relatório enviado pela Empresa, que apresenta de forma detalhada, todos os serviços contratados.

CT:

# TAX ACCOUNTING

## AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

- Razões Contábeis:

- Livro exigido pela legislação brasileira, para Empresas cuja tributação do Imposto de Renda seja com base no Lucro Real (RIR/99, art. 259), tendo por finalidade demonstrar as movimentações analíticas de todas as contas contábeis.

- DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais:

- Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais, cujas normas disciplinadoras estão estabelecidas na Instrução Normativa da RFB nº 1.599/2015 (alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.646/2016), que tem por objetivo informar valores relativos aos débitos de tributos e os respectivos valores dos créditos, detalhando os pagamentos, parcelamentos e/ou compensações realizadas.

- DACON - Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais:

- Demonstrativo instituído pela Instrução Normativa da SRF nº 387/2004 (revogado pela IN da RFB nº 1.441/2014), que visava informar a apuração do PIS e da COFINS.

Assim sendo, no final de nossos exames teremos condições de emitir **Parecer Técnico Contábil** firmando posição no que diz respeito as contribuições sociais do PIS e da COFINS realmente devidos pela Empresa nas competências analisadas.

CT:

### **3) RECÁLCULO DOS TRIBUTOS – PONTOS RELEVANTES.**

#### **3.1) DOS CRÉDITOS IDENTIFICADOS NO RECÁLCULO.**

Em linhas gerais, o contribuinte que apura o PIS/Pasep e a COFINS na sistemática não cumulativa, aplica as disposições contidas no artigo 3º da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

*Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:*

*I - Bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos:*

- a) nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º desta Lei; e*
- b) nos §§ 1º e 1º-A do art. 2º desta Lei;*

*II - Bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da Tipi;*

*III - Energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica;*

*OK*

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

*IV - Aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da Empresa;*

*V - Valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;*

*VI - Máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;*

*VII - Edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da Empresa;*

*VIII - Bens recebidos em devolução cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei;*

*IX - Armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.*

*OK*

# TAX ACCOUNTING

## AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

Dessa forma, seguindo a linha expressa no Demonstrativo de Apuração das Contribuições Sociais – DACON (Obrigação Acessória), passemos aos comentários de cada operação que compôs o cálculo dos créditos do PIS/Pasep e da COFINS no regime de incidência não cumulativo.

### 3.1.1) Bens Utilizados como Insumos

Conforme mencionado, em linhas gerais a aquisição de bens utilizados como insumos na produção de bens ou na prestação de serviços, possibilita ao contribuinte o direito ao desconto de créditos.

Assim, através dos Relatórios Analíticos dos Livros Fiscais de Entradas do período em análise, apuramos **R\$ 280.646.404,96 (Duzentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e seis centavos)** em aquisições de bens passíveis de aproveitamento de crédito como Insumos:

- **Calcário (Matéria-prima):** É o carbonato de cálcio ( $\text{CaCO}_3$ ) que se apresenta na natureza, com algumas impurezas. É a principal matéria-prima.
- **Argila Sílico-Aluminosa (Matéria-prima):** É utilizada como fonte de óxidos, necessários para a combinação com o calcário.
- **Gipsita (Matéria-prima):** A gipsita é o sulfato de cálcio hidratado ( $\text{CaSO}_4 + 2\text{H}_2\text{O}$ ). É um produto de adição final no processo de fabricação de cimento Portland, com fim de regular o tempo de pega.
- **Combustíveis e Lubrificantes:** Para o funcionamento das máquinas e equipamentos da unidade industrial, necessita-se basicamente dos combustíveis a seguir: Coque Verde de Petróleo, Carvão Mineral e Óleo lubrificante.

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

- **Equipamentos de Proteção Individual - EPI:** Fornecimento de equipamentos de proteção aos funcionários que executam atividades no setor industrial que demandam esse tipo de material.
- **Partes e Peças e Reposição:** Em regra geral, corpos moedores e os refratários, utilizados nos moinhos de cimento e no forno de clínquer, respectivamente. Além de demais itens para serem empregados na manutenção de máquinas e equipamentos do parque industrial.
- **Material de Embalagem:** Normalmente utilizados sacos de papel com capacidade de 50 kg, havendo a possibilidade de uma pequena parte das vendas serem realizadas a granel ou em sacos de 42,5 Kg e 25 Kg.
- **Clínquer:** A mistura crua (farinha crua) armazenada no silo de homogeneização será encaminhada, através de um transportador pneumático, para a torre intercambiadora de calor e, posteriormente, introduzida no forno, onde será processada a sua queima a uma temperatura aproximada de 1.400 a 1.500°C, obtendo-se como resultado a formação de clínquer.

Adicionalmente, verificamos o montante de **R\$ 958.944,59 (novecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)** relacionados à aquisição de bens utilizados como insumo por importação, que são igualmente passíveis de aproveitamento de créditos.

CT.

### **3.1.2) Serviços Utilizados como Insumos**

O levantamento dos Serviços Utilizados como Insumos empregados na produção de bens ou na prestação de serviços foi apurado mediante análise das informações apresentadas no relatório denominado TRF e totaliza a quantia de **R\$ 35.806.269,46 (trinta e cinco milhões, oitocentos e seis mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos)**.

Para composição dos valores presentes nesta rubrica foram considerados como passíveis ao aproveitamento dos créditos os gastos relacionados a:

- Serviço de desembaraço aduaneiro;
- Serviço de análise laboratorial do cimento;
- Serviço de transporte e movimentação de cargas/insumos;
- Serviço de revisão e manutenção preventiva em equipamentos;
- Serviço de recuperação de máquinas e equipamentos
- Serviço de manutenção do forno de clínquer;
- Serviço de montagem do sistema granulador de Escória; e
- Serviços de manutenção em empilhadeiras.

### **3.1.3) Energia Elétrica.**

Os Relatórios Analíticos Fiscais de Entradas demonstram que a **ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A.**, teve **R\$ 83.295.782,86 (oitenta e três milhões, duzentos e noventa e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos)** de dispêndios com Energia Elétrica.

Tais valores foram integralmente inseridos nas bases de cálculo dos créditos apurados pela Empresa, visto que a legislação permite esse procedimento em relação a toda energia consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica, independentemente de setor e aplicabilidade.

CT

#### **3.1.4) Locação de Imóveis**

Como é cediço, as despesas com aluguéis de prédios, utilizados nas atividades da Empresa e pagos a pessoa jurídica, proporcionam direito aos créditos tributários.

Assim, por meio de segregação das operações analisadas no razão contábil e no relatório gerencial denominado de TRF, apuramos **R\$ 321.667,10 (trezentos e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais e dez centavos)** referente a essa rubrica.

#### **3.1.5) Aluguéis de Máquinas e Equipamentos.**

Novamente através de exame do Relatório TRF, encontramos informações relacionadas a locação de máquinas e equipamentos passíveis de aproveitamento de créditos na ordem de **R\$ 2.316.343,40 (dois milhões, trezentos e dezesseis mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta centavos)** com gastos vinculados a:

- Aluguéis de Maquinário;
- Locação de Empilhadeiras; e
- Locação de Geradores de Energia.

Nos mesmos moldes aplicados a rubrica de energia elétrica, tais valores serão integralmente inseridos nas bases de cálculo dos créditos apurados pela Empresa, visto que a legislação permite o desconto de créditos em relação a aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da Empresa, independentemente de setor e aplicabilidade.

#### **3.1.6) Despesas com Armazenagem e Frete.**

Por meio dos Livros Fiscais e Relatório de Serviços Tomados - TRF, apuramos as operações de fretes da **ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A.** junto a pessoas jurídicas passíveis de aproveitamento de créditos, as quais totalizam a monta de **R\$ 129.946.211,02 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e quarenta e seis mil, duzentos e onze reais e dois centavos).**

### **3.1.7) Contraprestações de Arrendamento Mercantil (Leasing).**

A base de cálculo dos créditos sobre as contraprestações dos arrendamentos mercantis (leasing) apuradas por meio das informações de pagamentos dos mesmos, extraídos dos razão contábeis e de relatórios financeiros, totaliza **R\$ 8.727.038,73 (oito milhões, setecentos e vinte sete mil, trinta e oito reais e setenta e três centavos).**

### **3.1.8) Créditos sobre a Aquisição do Ativo Imobilizado.**

Também é possível calcular créditos sobre as máquinas e equipamentos incorporados ao ativo imobilizado, sendo que para esse efeito os cálculos irão recair sobre duas variantes: (i) custo total de aquisição no próprio mês da compra (inciso XII do art. 4º da lei 12.546/11), ou sobre os (ii) encargos de depreciação contábil a ele atribuído. O crédito em questão é autorizado desde que os bens adquiridos sejam destinados a (inciso VI do art. 3º da Lei nº 10.833/03):

- a) Locação a terceiros;
- b) Utilização na produção de bens destinados a venda (caso da ITABIRA); e
- c) Utilização na prestação de serviços.

Assim, de acordo com a metodologia (i) supracitada, aplicada pela **ITABIRA** em cada período competente, o valor da base de cálculo dos créditos sobre o total das aquisições totaliza o montante **de R\$ 34.458.912,65 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e doze reais e sessenta e cinco centavos).**

Entendemos que esta metodologia, permite a utilização acelerada dos créditos e atende aos requisitos exigidos para comprovação destas operações em caso de questionamento pela autoridade tributária fiscalizadora.

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

**3.1.9) Devoluções de Vendas**

É sabido que as devoluções de vendas – quando tributadas, possibilitam a apropriação de créditos do PIS/Pasep e da COFINS não cumulativas. Desse modo, a Empresa totalizou **R\$ 956.687,16 (novecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos)** referente a essa rubrica.

**3.1.10) Devoluções de Compras (Ajuste Negativo de Créditos)**

Procedemos com o levantamento das operações em conformidade com os Livros Fiscais da Empresa, onde apuramos o total de **R\$ 1.026.474,83 (um milhão, vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos)**, em estornos de créditos efetuados por ocasião das compras, mas que, por algum motivo foram devolvidas aos fornecedores.

**3.1.11) Resumo dos Créditos do PIS e da COFINS Identificados**

Quadro VIII – Crédito Tributário Exigido Consolidado:

<b>CRÉDITOS IDENTIFICADOS</b>	<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>CRÉDITO APURADO</b>
Bens Utilizados como Insumos	281.605.349,55	26.048.494,83
Serviços Utilizados como Insumos	35.806.269,46	3.312.079,93
Despesas de Energia Elétrica	83.295.782,86	7.704.859,91
Locação de Imóveis	321.667,10	29.754,21
Aluguéis de Máquinas e Equipamentos	2.316.343,40	214.261,76
Despesas com Armazenagem e Frete	129.946.211,02	12.020.024,52
Arrendamento Mercantil (Leasing)	8.727.038,73	807.251,08
Aquisição do Ativo Imobilizado	34.458.912,65	3.187.449,42
Devoluções de Vendas	956.687,16	88.493,57
Devoluções de Compras (Ajuste Negativo)	[1.026.474,83]	[94.948,92]
<b>TOTAL</b>	<b>576.407.787,10</b>	<b>53.317.720,31</b>

CV

# TAX ACCOUNTING

## AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

### 4) CRÉDITOS APURADOS DO PIS E DA COFINS.

Em síntese, realizando a compilação dos períodos analisados, chegamos aos valores de crédito para o PIS na ordem R\$ 9.510.728,49 (nove milhões, quinhentos e dez mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos) e para a COFINS de R\$ 43.806.991,82 (quarenta e três milhões, oitocentos e seis mil, novecentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos) detalhados por ano e reproduzidos a seguir:

Quadro IX – Créditos PIS e COFINS – Recálculo:

PERÍODO	BASE DE CÁLCULO	PIS (A)	COFINS (B)	CRÉDITOS APURADOS (A + B)
Nov/06	15.445.724,79	254.854,46	1.173.875,08	1.428.729,54
Dez/06	12.955.469,23	213.765,24	984.615,66	1.198.380,90
Jan/07	16.198.537,36	267.275,87	1.231.088,84	1.498.364,71
Fev/07	10.182.390,15	168.009,44	773.861,65	941.871,09
Mar/07	15.428.214,47	254.565,54	1.172.544,30	1.427.109,84
Abr/07	18.240.106,29	300.961,75	1.386.248,08	1.687.209,83
Mai/07	16.839.963,27	277.859,39	1.279.837,21	1.557.696,60
Jun/07	13.810.424,35	227.872,00	1.049.592,25	1.277.464,25
Jul/07	15.774.869,23	260.285,34	1.198.890,06	1.459.175,40
Ago/07	14.933.239,35	246.398,45	1.134.926,19	1.381.324,64
Set/07	12.785.385,09	210.958,85	971.689,27	1.182.648,12
Out/07	13.829.321,42	228.183,80	1.051.028,43	1.279.212,23
Nov/07	13.483.743,33	222.481,76	1.024.764,49	1.247.246,26
Dez/07	14.376.646,29	237.214,66	1.092.625,12	1.329.839,78
Jan/08	21.505.558,79	354.841,72	1.634.422,47	1.989.264,19
Fev/08	19.472.910,14	321.303,02	1.479.941,17	1.801.244,19
Mar/08	15.703.653,51	259.110,28	1.193.477,67	1.452.587,95
Abr/08	18.917.881,34	312.145,04	1.437.758,98	1.749.904,02
Mai/08	19.754.767,45	325.953,66	1.501.362,33	1.827.315,99
Jun/08	17.515.314,54	289.002,69	1.331.163,90	1.620.166,59
Jul/08	19.554.497,36	322.649,21	1.486.141,80	1.808.791,01
Ago/08	20.830.423,08	343.701,98	1.583.112,15	1.926.814,13
Set/08	21.966.802,01	362.452,23	1.669.476,95	2.031.929,19
Out/08	21.810.578,70	359.874,55	1.657.603,98	2.017.478,53
Nov/08	19.946.692,15	329.120,42	1.515.948,60	1.845.069,02
Dez/08	21.793.105,93	359.586,25	1.656.276,05	2.015.862,30
Jan/09	28.754.535,43	474.449,83	2.185.344,69	2.659.794,53
Fev/09	17.902.130,13	295.385,15	1.360.561,89	1.655.947,04
Mar/09	17.071.512,01	281.679,95	1.297.434,91	1.579.114,86
Abr/09	17.889.930,67	295.183,86	1.359.634,73	1.654.818,59
Mai/09	14.261.186,10	235.309,57	1.083.850,14	1.319.159,71
Jun/09	18.437.026,29	304.210,93	1.401.214,00	1.705.424,93
Jul/09	19.035.246,86	314.081,57	1.446.678,76	1.760.760,33
<b>TOTAL</b>	<b>576.407.787,10</b>	<b>9.510.728,49</b>	<b>43.806.991,82</b>	<b>53.317.720,31</b>

# TAX ACCOUNTING

## AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

### 5) RECEITAS E DÉBITOS APURADOS

Ao examinarmos as apurações dos períodos em tela, constatamos uma Receita total de **R\$ 975.934.166,86**, ocasionando um débito de **PIS** na ordem de **R\$ 16.102.913,75** (dezesesseis milhões, cento e dois mil, novecentos e treze reais e setenta e cinco centavos) e **COFINS** na ordem de **R\$ 74.170.996,68** (setenta e quatro milhões, cento e setenta mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos), com composição analítica apresentada no **ANEXO III**, detalhados por competências e reproduzidos a seguir:

Quadro X – Débitos PIS e COFINS – Recálculo:

PERÍODO	BASE DE CÁLCULO	PIS DEVIDO (A)	COFINS DEVIDA (B)	DÉBITOS APURADOS (A + B)
Nov/06	22.478.625,54	370.897,32	1.708.375,54	2.079.272,86
Dez/06	21.041.937,39	347.191,97	1.599.187,24	1.946.379,21
Jan/07	23.139.510,30	381.801,92	1.758.602,78	2.140.404,70
Fev/07	19.715.590,70	325.307,25	1.498.384,89	1.823.692,14
Mar/07	25.389.259,53	418.922,78	1.929.583,72	2.348.506,51
Abr/07	23.003.451,91	379.556,96	1.748.262,35	2.127.819,30
Mai/07	24.601.399,28	405.923,09	1.869.706,35	2.275.629,43
Jun/07	22.293.519,83	367.843,08	1.694.307,51	2.062.150,58
Jul/07	26.225.778,86	432.725,35	1.993.159,19	2.425.884,54
Ago/07	26.048.413,95	429.798,83	1.979.679,46	2.409.478,29
Set/07	24.932.704,72	411.389,63	1.894.885,56	2.306.275,19
Out/07	32.430.720,48	535.106,89	2.464.734,76	2.999.841,64
Nov/07	29.499.144,61	486.735,89	2.241.934,99	2.728.670,88
Dez/07	26.289.974,97	433.784,59	1.998.038,10	2.431.822,68
Jan/08	29.071.613,61	479.681,62	2.209.442,63	2.689.124,26
Fev/08	26.806.601,94	442.308,93	2.037.301,75	2.479.610,68
Mar/08	28.109.141,58	463.800,84	2.136.294,76	2.600.095,60
Abr/08	29.731.448,43	490.568,90	2.259.590,08	2.750.158,98
Mai/08	30.760.942,88	507.555,56	2.337.831,66	2.845.387,22
Jun/08	31.368.879,93	517.586,52	2.384.034,87	2.901.621,39
Jul/08	34.322.298,92	566.317,93	2.608.494,72	3.174.812,65
Ago/08	36.850.312,04	608.030,15	2.800.623,72	3.408.653,86
Set/08	37.700.643,15	622.060,61	2.865.248,88	3.487.309,49
Out/08	43.548.663,23	718.552,94	3.309.698,41	4.028.251,35
Nov/08	32.636.200,65	538.497,31	2.480.351,25	3.018.848,56
Dez/08	32.350.669,04	533.786,04	2.458.650,85	2.992.436,89
Jan/09	32.443.668,19	535.320,53	2.465.718,78	3.001.039,31
Fev/09	31.067.453,79	512.612,99	2.361.126,49	2.873.739,48
Mar/09	35.377.742,78	583.732,76	2.688.708,45	3.272.441,21
Abr/09	32.661.901,13	538.921,37	2.482.304,49	3.021.225,85
Mai/09	32.755.826,63	540.471,14	2.489.442,82	3.029.913,96
Jun/09	34.228.480,23	564.769,92	2.601.364,50	3.166.134,42
Jul/09	37.051.646,64	611.352,17	2.815.925,14	3.427.277,31
<b>TOTAL</b>	<b>975.934.166,86</b>	<b>16.102.913,75</b>	<b>74.170.996,68</b>	<b>90.273.910,43</b>

# TAX ACCOUNTING

## AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

Desse modo, exemplificamos a seguir de forma consolidada a apuração do **PIS** e da **COFINS** da Empresa após o recálculo nos meses de 11/2006 a 12/2009:

Quadro XI - Apuração Final ITABIRA - PIS e COFINS

PERÍODO	DÉBITOS APURADOS (A)	CRÉDITOS APURADOS (B)	TOTAL DEVIDO (A - B)
Nov/06	2.079.272,86	1.428.729,54	650.543,32
Dez/06	1.946.379,21	1.198.380,90	747.998,30
Jan/07	2.140.404,70	1.498.364,71	642.040,00
Fev/07	1.823.692,14	941.871,09	881.821,05
Mar/07	2.348.506,51	1.427.109,84	921.396,67
Abr/07	2.127.819,30	1.687.209,83	440.609,47
Mai/07	2.275.629,43	1.557.696,60	717.932,83
Jun/07	2.062.150,58	1.277.464,25	784.686,33
Jul/07	2.425.884,54	1.459.175,40	966.709,14
Ago/07	2.409.478,29	1.381.324,64	1.028.153,65
Set/07	2.306.275,19	1.182.648,12	1.123.627,07
Out/07	2.999.841,64	1.279.212,23	1.720.629,41
Nov/07	2.728.670,88	1.247.246,26	1.481.424,62
Dez/07	2.431.822,68	1.329.839,78	1.101.982,90
Jan/08	2.689.124,26	1.989.264,19	699.860,07
Fev/08	2.479.610,68	1.801.244,19	678.366,49
Mar/08	2.600.095,60	1.452.587,95	1.147.507,65
Abr/08	2.750.158,98	1.749.904,02	1.000.254,96
Mai/08	2.845.387,22	1.827.315,99	1.018.071,23
Jun/08	2.901.621,39	1.620.166,59	1.281.454,80
Jul/08	3.174.812,65	1.808.791,01	1.366.021,64
Ago/08	3.408.653,86	1.926.814,13	1.481.839,73
Set/08	3.487.309,49	2.031.929,19	1.455.380,31
Out/08	4.028.251,35	2.017.478,53	2.010.772,82
Nov/08	3.018.848,56	1.845.069,02	1.173.779,54
Dez/08	2.992.436,89	2.015.862,30	976.574,59
Jan/09	3.001.039,31	2.659.794,53	341.244,78
Fev/09	2.873.739,48	1.655.947,04	1.217.792,44
Mar/09	3.272.441,21	1.579.114,86	1.693.326,35
Abr/09	3.021.225,85	1.654.818,59	1.366.407,27
Mai/09	3.029.913,96	1.319.159,71	1.710.754,25
Jun/09	3.166.134,42	1.705.424,93	1.460.709,49
Jul/09	3.427.277,31	1.760.760,33	1.666.516,98
<b>TOTAL</b>	<b>90.273.910,43</b>	<b>53.317.720,31</b>	<b>36.956.190,12</b>

Obs<sup>1</sup>. Valores apresentados sem os devidos acréscimos legais de multa, juros e encargos.

# TAX ACCOUNTING

## AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

Ficha / Linha do Dacon	Total
Ficha 06A/01 – Bens Para Revenda	-
Ficha 06A/02 – Bens Utilizados como Insumos	280.646.404,96
Ficha 06A/03 – Serviços Utilizados como Insumos	35.806.269,46
Ficha 06A/04 – Despesas de Energia Elétrica e Energia Térmica, inclusive sob a forma de vapor	83.295.782,86
Ficha 06A/05 – Despesas de Aluguéis de Prédios Locados de Pessoa Jurídica	321.667,10
Ficha 06A/06 – Despesas de Aluguéis de Máquinas e Equipamentos Locados de/Pessoa Jurídica	2.316.343,40
Ficha 06A/07 – Despesas de Armazenagem e Frete na Operação de Venda	129.946.211,02
Ficha 06A/08 – Despesas de Contraprestações de Arredamento Mercantil	8.727.038,73
Ficha 06A/09 – Sobre Bens do Ativo Imobilizado ( Com Base nos Encargos de Depreciação)	-
Ficha 06A/10 – Sobre Bens do Ativo Imobilizado ( Com Base no Valor de Aquisição ou de Construção)	34.458.912,65
Ficha 06A/12 – Devolução de Vendas Sujeitas	956.687,16
Ficha 06A/22 – (+) Ajustes Positivo de Crédito	-
Ficha 06A/23 – (-) Ajustes Negativos de Créditos	(1.026.474,83)
Ficha 06B/02 – Bens Utilizados como Insumos	958.944,59
Ficha 07A/01 – Receita de Vendas de Bens e Serviços	974.414.156,86
Ficha 07A/02 – Demais Receitas	1.520.010,00
Ficha 07A/04 – Receitas Tributadas à Alíquota Zero	-
Ficha 07A/06 – Receita de Vendas de Bens do Ativo Permanente	-
 PIS/Pasep Não Cumulativo Devido	 16.102.913,75
Cofins Não Cumulativo Devido	74.170.996,68
<b>Total das Contribuições Devidas</b>	<b>90.273.910,43</b>
 Créditos Apurados do PIS/Pasep Não Cumulativo	 9.510.728,49
Créditos Apurados da Cofins Não Cumulativo	43.806.991,82
<b>Total dos Créditos Apurados</b>	<b>53.317.720,31</b>
 PIS/Pasep Não Cumulativo a Pagar	 6.592.185,27
Cofins Não Cumulativo a Pagar	30.364.004,86
<b>Total das Contribuições a Pagar</b>	<b>36.956.190,13</b>
 PIS - Saldo a Recolher do Recálculo - Com acréscimos legais de multa, juros e encargos	 16.791.649,01
COFINS - Saldo a Recolher do Recálculo - Com acréscimos legais de multa, juros e encargos	77.343.353,11
<b>Total a Recolher do Recálculo com Acréscimos Legais de Multa, Juros e Encargos</b>	<b>94.135.002,12</b>

**TAX ACCOUNTING**  
**AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

**6) PARECER TÉCNICO CONTÁBIL.**

Em nossa opinião, baseados no exame dos documentos que foram apreciados no decorrer de nossos trabalhos, e considerando o reportado nos tópicos 2, 3, 4 e 5 desse Laudo Pericial Contábil, somos de opinião que os valores devidos das contribuições sociais deveriam ser: **R\$ 16.791.649,01 (dezesesseis milhões, setecentos e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e nove reais e um centavos) de PIS e R\$ 77.343.353,11 (setenta e sete milhões, trezentos e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais e onze centavos) de COFINS**, atualizados para setembro de 2016:

TRIBUTOS	VALOR DEVIDO	MULTA	JUROS	ENCARGO	TOTAL
PIS	6.592.185,27	1.610.768,25	5.790.087,33	2.798.608,17	16.791.649,01
COFINS	30.364.004,86	7.419.296,23	26.669.493,16	12.890.558,85	77.343.353,11
TOTAL DEVIDO					94.135.002,12

Desta forma entendemos que está sendo exigida indevidamente a quantia de **R\$ 191.775.029,75 (cento e noventa e um milhões, setecentos e setenta e cinco mil, vinte reais e setenta e cinco centavos)** conforme demonstrado a seguir:

TRIBUTOS	DÉBITO EM COBRANÇA (A)	RECÁLCULO (B)	COBRANÇA A MAIOR (A-B)
PIS	50.903.183,48 <sup>1</sup>	16.791.649,01	34.111.534,47
COFINS	235.006.848,39 <sup>2</sup>	77.343.353,11	157.663.495,28
TOTAL	285.910.031,87	94.135.002,12	191.775.029,75

<sup>1</sup> O valor em questão refere-se à somatória das CDA's: 72.7.11.002166-17, 72.7.12.000425-56 e 72.7.16.001184-87;

<sup>2</sup> O valor em questão refere-se à somatória das CDA's: 72.6.11.009270-60, 72.6.12.000752-36 e 72.6.16.004744-56;

# TAX ACCOUNTING

## AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

Abaixo, destacamos os nossos cálculos, devidamente atualizados até setembro de 2016, dos valores objeto deste Laudo:

PERÍODO	PIS/PASEP RECÁLCULO	MULTA DE MORA	JUROS DE MORA (Selic 08/2016)	ENCARGO LEGAL (20%)	TOTAL
nov/06 (*)	118.642,86	87.032,15	168.131,60	74.241,32	448.047,93
dez/06 (*)	135.426,73	100.070,04	191.877,64	85.074,88	510.448,29
jan/07 (**)	114.326,05	23.905,21	114.457,34	50.377,72	302.366,33
fev/07 (**)	167.267,81	37.764,86	159.166,69	70.345,89	425.075,35
mar/07 (***)	164.157,34	32.871,45	160.667,93	71.643,33	428.699,83
abr/07 (***)	78.595,20	12.719,64	76.174,47	34.067,74	201.556,48
mai/07 (***)	128.063,69	25.812,74	122.953,95	55.336,08	331.954,46
jun/07 (***)	139.971,08	37.994,22	133.028,91	60.198,76	361.192,96
jul/07 (***)	172.440,01	34.488,00	162.179,83	73.821,57	442.929,41
ago/07 (***)	183.400,38	36.680,08	171.020,86	78.220,26	469.321,57
set/07 (**)	200.620,77	44.958,70	187.831,12	86.644,12	519.854,71
out/07 (*)	204.923,08	79.647,30	291.243,23	135.562,72	811.376,34
nov/07 (*)	264.244,12	87.067,99	259.193,84	122.101,19	732.607,14
dez/07 (*)	166.540,23	74.522,44	165.327,88	93.524,05	561.144,39
jan/08 (**)	124.839,90	24.867,82	110.995,16	52.160,51	312.063,49
fev/08 (**)	131.665,81	24.201,18	106.569,91	50.355,40	302.132,41
mar/08 (**)	204.696,55	40.935,11	178.426,76	84.811,48	508.869,90
abr/08 (**)	178.423,86	35.694,77	153.961,85	73.614,11	441.694,66
mai/08 (**)	181.601,89	36.320,38	154.960,00	74.576,63	447.458,90
jun/08 (**)	228.563,83	45.716,77	192.604,73	93.391,07	560.285,39
jul/08 (**)	243.608,73	48.733,75	202.829,85	99.046,46	594.218,79
ago/08 (*)	264.328,17	57.471,08	219.759,46	108.311,74	649.870,45
set/08 (**)	259.608,28	51.921,68	210.178,94	104.341,80	626.050,80
out/08 (**)	258.678,30	71.735,68	285.737,51	143.428,32	860.580,80
nov/08 (*)	209.376,69	50.518,66	169.986,06	83.976,33	515.857,91
dez/08 (**)	174.199,79	34.839,89	135.475,18	68.902,99	413.417,91
jan/09 (**)	65.870,69	12.174,14	46.815,65	23.973,10	148.873,57
fev/09 (**)	217.227,84	43.445,57	164.962,83	83.127,35	510.763,59
mar/09 (**)	202.052,81	46.385,00	230.209,48	110.705,46	610.352,74
abr/09 (**)	243.737,51	48.747,50	181.170,09	94.731,02	568.386,13
mai/09 (*)	305.181,57	98.132,85	245.779,81	129.815,24	778.915,44
jun/09 (**)	360.558,99	52.111,80	189.634,83	100.481,12	802.786,75
jul/09 (**)	287.376,60	59.454,12	214.302,37	114.265,42	685.332,51
<b>TOTAL</b>	<b>8.293.182,27</b>	<b>1.610.748,15</b>	<b>6.780.987,33</b>	<b>1.798.608,17</b>	<b>18.493.526,01</b>

PERÍODO	COFINS RECÁLCULO	MULTA DE MORA	JUROS DE MORA (Selic 08/2016)	ENCARGO LEGAL (20%)	TOTAL
nov/06 (*)	534.500,46	400.875,34	774.424,35	341.960,03	2.051.760,18
dez/06 (*)	614.571,58	460.928,69	883.800,88	391.860,06	2.351.160,35
jan/07 (**)	527.513,94	105.502,79	527.197,44	232.042,83	1.392.257,00
fev/07 (**)	724.523,34	175.947,69	753.131,81	326.320,47	1.937.922,82
mar/07 (***)	757.039,42	151.407,88	741.520,13	329.993,49	1.979.960,91
abr/07 (***)	382.014,27	72.403,85	350.864,23	157.656,27	962.938,62
mai/07 (***)	589.869,14	117.973,83	566.333,36	254.835,26	1.529.011,59
jun/07 (***)	644.715,26	128.943,05	613.737,38	277.279,14	1.663.674,83
jul/07 (***)	794.269,13	158.853,83	747.010,12	340.026,62	2.040.159,69
ago/07 (**)	844.753,27	168.930,65	787.732,42	360.287,27	2.161.723,62
set/07 (*)	923.196,29	207.082,40	865.161,52	389.086,06	2.384.526,37
out/07 (*)	1.413.706,33	366.890,30	1.341.483,80	624.426,12	3.746.496,74
nov/07 (*)	1.217.170,50	401.178,64	1.195.578,39	562.405,48	3.376.432,91
dez/07 (*)	905.412,88	343.234,87	905.219,35	404.777,44	2.584.664,64
jan/08 (**)	575.020,17	115.004,03	511.250,43	240.254,03	1.441.529,56
fev/08 (**)	557.360,58	111.472,12	486.867,46	231.040,03	1.391.640,19
mar/08 (**)	942.817,09	188.563,42	821.553,65	390.946,83	2.343.881,01
abr/08 (**)	821.831,10	164.366,22	709.158,05	339.071,07	2.034.426,45
mai/08 (**)	836.469,33	167.293,87	713.759,28	343.304,50	2.061.026,98
jun/08 (**)	1.052.870,97	210.574,19	887.149,08	430.118,85	2.580.713,09
jul/08 (**)	1.122.352,93	224.470,58	934.346,57	456.314,01	2.737.384,09
ago/08 (*)	1.217.511,56	264.715,28	1.012.225,39	498.890,45	2.993.342,68
set/08 (**)	1.195.771,93	239.154,39	968.096,95	480.694,65	2.883.617,92
out/08 (**)	1.652.094,43	330.418,98	1.326.484,28	660.639,52	3.969.627,11
nov/08 (*)	984.402,65	232.692,00	782.966,08	396.013,14	2.376.073,87
dez/08 (**)	802.374,80	160.474,96	624.068,50	317.371,33	1.904.329,59
jan/09 (**)	280.374,09	56.074,82	215.637,71	110.416,92	662.503,54
fev/09 (**)	1.000.564,60	200.112,92	758.825,76	382.101,25	2.352.607,53
mar/09 (*)	1.391.273,54	305.312,76	1.080.358,81	551.389,03	3.308.334,12
abr/09 (**)	1.122.669,76	224.533,65	834.490,43	426.336,63	2.618.030,46
mai/09 (*)	1.495.592,68	452.019,56	1.133.072,09	587.936,87	3.667.621,20
jun/09 (**)	1.200.150,50	240.030,10	873.468,53	462.730,03	2.776.380,16
jul/09 (**)	1.369.246,38	273.849,28	987.089,72	526.037,08	3.156.222,45
<b>TOTAL</b>	<b>20.261.004,86</b>	<b>7.419.264,23</b>	<b>16.669.493,16</b>	<b>12.890.559,86</b>	<b>77.240.322,11</b>

(\*) Aplicação de multa de ofício de 75%, juros de mora e encargos legais;

(\*\*) Aplicação de multa de 20% até o valor principal apresentado na DCTF, acrescido de multa de ofício de 75% sobre a diferença entre o valor principal apresentado na DCTF e o valor apurado no recálculo, juros de mora e encargos legais;

(\*\*\*) Aplicação de multa de 20% sobre o valor principal do recálculo (pois os valores principais são menores que as DCTF's apresentadas), juros de mora e encargos legais.

Era o que tínhamos a comentar e relatar



**TAX ACCOUNTING AUDITORIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA**

**Cláudio Trovão**

**CRC 1SP216431/O-9**